PAINEL TRIBUTÁRIO



MIGUEL PLETSCH
miguel@balenbridi.adv.br

ESOCIAL: DEFINIDA A IMPLANTAÇÃO

O Ministério da Fazenda, através da Resolução nº. 1, de 24/06/2015 (DOU 25/06/15), dispõe sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial).

BRASIL E ESTADOS UNIDOS FIRMAM ACORDO DE ÂMBITO TRIBUTÁRIO

O Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo nº. 146, de 2015 (DOU 26/06/15) aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estadis Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA.

CAMEX REDUZ PARA 2% A ALÍQUOTA DE IMPORTAÇÃO DE AUTOPEÇAS

O Conselho de Governo - Câmara de Comércio Exterior, através da Resolução Nº. 61, de 23 de junho de 2015 (DOU 24/06/15), regulamenta a redução da alíquota do Imposto de Importação na condição de Ex-tarifário para autopeças sem produção nacional equivalente, no âmbito do Regime de Autopeças Não Produzidas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ESTABELECE NORMAS ESPECÍFICAS DE INSPEÇÃO E A FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Instrução Normativa nº. 16, de 23/06/2015 (DOU 24/06/15), estabelece, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte.

TJLP É DEFINIDA EM 6,5% A.A. PARA O 3º TRIMESTRE A PARTIR DE 1º. DE JULHO

O Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº. 4.420, de 25/06/2015 (DOU 29/06/15), fixa em 6,5% a.a. (seis e meio por cento ao ano) a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a vigorar no período de 1º. de julho a 30 de setembro de 2015, inclusive.

BANCO CENTRAL ESTABELECE META DE INFLAÇÃO EM 4,5% PARA 2017

O Banco Central do Brasil (BACEN), pela Resolução nº. 4.419, de 25/06/2015 (DOU 29/06/2015), fixa, para o ano de 2017, a meta para a inflação de 4,5%, com intervalo de tolerância de menos um e meio ponto percentual e de mais um e meio ponto percentual.

AS IMPORTANTES ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº. 13.137/2015

A Lei nº. 13.137, de 19/06/2015 (DOU Edição Extra de 22/06/2015), reintroduziu o aumento das alíquotas das Contribuições para o PIS/PASEP-Importação (de 1,65% para 2,10%) e para a Cofins-Importação (de 7,60% para 9,65%) e de outras incidências; altera a base de cálculo e o prazo de recolhimento do Imposto de Renda e das Contribuições Retidas na Fonte (IRRF – PIS – COFINS e CSLL = 4,65%). A partir da publicação da Lei no Diário Oficial, não há mais dispensa de valor de retenção na fonte (para a soma dos pagamentos efetuados no mês, para a mesma empresa, acima de R$ 5.000,00). A exceção é a dispensa do recolhimento de valor igual ou inferior a R$ 10,00, ou seja, para um pagamento de valor acima de R$ 215,27 (R$ 215,27 X 4,65% = R$ 10,01). Esta Lei traz, ainda, outras importantes alterações. Vale a pena conferir!

Caxias adere ao 'Apagão do Judiciário'

Greve de servidores interfere no andamento dos processos

Grupos de servidores da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e da Justiça Federal protagonizaram, entre segunda-feira e ontem, o "Apagão do Judiciário", movimento de paralisação de atividades cuja reivindicação é a reposição salarial retroativa a 2006. A greve da categoria iniciou em Caxias dia 9 de junho, mas foi intensificada nos últimos dois dias como forma de pressionar o congresso a votar a favor do Projeto Lei 28/2015, proposto pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Câmara dos Deputados, que prevê a revisão de salários dos servidores. A votação estava prevista na pauta do Senado de ontem à noite. Mesmo com a aprovação, a greve pode continuar, porque não se tem a certeza de que a presidente Dilma Rousseff sancionará o projeto.

PAULO PASA



Paralisação das atividades visa à reposição salarial retroativa a 2006

O movimento é nacional

Ontem, servidores em greve das três esferas do Judiciário em Caxias realizaram uma caminhada em direção à sede da Justiça Federal, na Rua Dr. Montaury, bairro Madureira, onde foi realizado um "almoço coletivo". "Faremos uma espécie de 'oração' para que o PL seja aprovado, porque é urgente que as perdas salariais dos vencimentos básicos dos servidores sejam recompostas desde 2006", destacou o analista judiciário Marcelo Arruda, do comando de greve da Justiça Federal na cidade.

Na opinião dele, o STF tem deixado a desejar no que se refere a pressionar o governo a sancionar o PL 28, assim que aprovado pelo Senado. Quanto mais atrasar essa negociação, mais prejuízo terá quem depende de serviços da Justiça Federal, porque a paralisação atrasa o cumprimento de liminares, por exemplo", observa.

A greve é parcial. Cada esfera judicial de Caxias mantém um número mínimo de 30% de servidores trabalhando. Mesmo assim, tudo anda em ritmo mais lento. "No caso da Justiça do Trabalho, a paralisação interfere tanto na liberação de alvarás como no andamento de processos", avisa Luiz Cláudio de Paiva Júnior, um dos coordenadores do movimento.

Ontem, haviam previstos 65 audiências nas seis varas da Justiça do Trabalho em Caxias, sendo que quatro delas haviam aderido às manifestações. O protesto de servidores da Justiça Eleitoral, por sua vez, pode impactar no cronograma da implantação do processo votação por biometria. De acordo com Paiva Júnior, a defasagem no salário dos servidores alcança 49,6%.

Servidores do INSS também devem paralisar

Servidores do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) estavam por iniciar ontem greve por tempo indeterminado, a exemplo dos servidores da Justiça. A reportagem tentou contatar a agência local para confirmar a informação, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

A greve foi deflagrada, inicialmente, em 11 estados, incluindo o Rio Grande do Sul, e em outros há assembleia marcada para o dia 4, com o mesmo objetivo. Podem parar atendimentos como solicitações de benefícios (aposentadoria, pensão e outros), retirada de extratos e outros.

O diretor do Sindisprev-RS, que reúne a categoria, Tiago Manfroi, acredita que 90 a 100 unidades do INSS fiquem fechadas. "Deve haver umas 150 no Estado", estimou o sindicalista, que ontem estava em Garibaldi, organizando a paralisação. A expectativa é que o Ministério Público da União peça ao Judiciário Federal a manutenção de 30% do quadro para garantia de atendimento ao público. Neste caso, gerentes das unidades fariam esse trabalho.

A categoria, que prepara para o dia 7 manifestação no prédio do INSS em frente ao Mercado Público, no Centro da capital, pede recomposição de perdas de 27%, desde 2008. "Queremos a abertura de negociação", resumiu Manfroi.

NOTAS

JOVEM CAI EM GOLPE POR SMS

Uma jovem de 24 anos recebeu uma mensagem no celular dizendo que teria que depositar um valor em dinheiro em uma conta para retirar um veículo zero quilômetro, que supostamente havia ganhado em uma promoção. Conforme ocorrência, a moradora do bairro Desvio Rizzo fez um depósito no valor de R$ 999,00 em três vezes. A vítima ainda não recebeu o carro.

LOMBADAS EM GALÓPOLIS

Duas lombadas eletrônicas foram instaladas no km 162 e 171 da BR-116, na localidade de Galópolis. No entanto, ainda não entraram em funcionando e não há previsão de quando estarão operando. A velocidade máxima no trecho deverá ser de 50km/h.Outros pontos da rodovia também poderão receber os controladores de velocidade nos próximos dias.